



HORA DE DAR UM PASSO ESTRATÉGICO

OS NEGÓCIOS CRESCERAM E O MEI DEIXOU DE ATENDER?

▶▶▶ [Leia na página 8](#)

Dia Internacional da Proteção de Dados

Privacidade se consolida como prioridade para as empresas

Para o Dia Internacional da Privacidade de Dados, especialistas destacam o uso de dados sintéticos como caminho para acelerar projetos de inteligência artificial com menor exposição a informações sensíveis

Com 97% das empresas brasileiras já realocando seus orçamentos de TI para atender às exigências de privacidade em projetos de inteligência artificial, segundo a Pesquisa de Privacidade do Consumidor da Cisco, a proteção de dados deixou de ser apenas uma exigência legal e passou a ocupar papel central nas estratégias de inovação. Em alusão ao Dia Internacional da Privacidade de Dados (28 de janeiro), especialistas da Cloudera destacam que abordagens como o uso de dados sintéticos — gerados por algoritmos que reproduzem padrões estatísticos de bases reais sem expor registros identificáveis — vêm se consolidando como um caminho viável para acelerar o desenvolvimento de IA e grandes modelos de linguagem (LLMs), desde que aplicadas com rigor técnico e governança adequada.

“À medida que a IA e os modelos de linguagem passam a ser incorporados aos processos centrais das empresas, o uso de dados sensíveis se torna praticamente inevitável. O desafio é escalar esses projetos sem ampliar os riscos de privacidade”, afirma Sérgio Gago, CTO da Cloudera. “Os dados sintéticos não são uma solução mágica, mas vêm se consolidando como uma alternativa prática para reduzir a exposição a informações pessoais e confidenciais, ao mesmo tempo em que permitem treinar, testar e avaliar modelos de IA com mais agilidade e governança.”



Stock_Dignity_CANVA

“À medida que a IA e os modelos de linguagem passam a ser incorporados aos processos centrais das empresas, o uso de dados sensíveis se torna praticamente inevitável. O desafio é escalar esses projetos sem ampliar os riscos de privacidade”

Embora a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) já esteja em vigor há vários anos no Brasil, menos da metade dos consumidores brasileiros afirma conhecer a legislação de proteção de dados, sendo que somente 44% dizem estar cientes dessa lei nacional. Tal análise impacta diretamente a confiança no uso de tecnologias emergentes, como IA generativa, ainda segundo pesquisa realizada pela Cisco.

“A privacidade de dados é hoje um ativo estratégico, não apenas uma obrigação regulatória”, afirma Everton Fernandes, Senior Engineer da Cloudera Brasil. “Com a evolução das aplicações de IA, métodos tradicionais de proteção de dados, por si só, não são suficientes e é aqui que abordagens responsáveis, como a geração de dados sintéticos, ganham relevância, criando ambientes seguros para treinar, testar e validar modelos inteligentes sem depender de dados sensíveis reais.”

Nesse cenário, a Cloudera reforça seu compromisso em apoiar empresas brasileiras na construção de estratégias de dados e inteligência artificial responsáveis, combinando inovação com governança e segurança. Ao oferecer uma plataforma unificada de dados e IA, a companhia contribui para que organizações consigam estruturar, testar e escalar iniciativas de IA, de forma controlada, transparente e alinhada às exigências de privacidade, sem comprometer o ritmo de transformação digital.

O custo invisível da nova tributação imobiliária

Nesse contexto, ganha relevância a possibilidade de atualização do valor dos imóveis na declaração do Imposto de Renda, mediante pagamento de alíquota reduzida, prevista em legislações específicas recentes. ▶▶▶

Nova profissão surge para supervisionar agentes inteligentes

Segundo dados do Fórum Econômico Mundial, mais de 170 milhões de novas profissões com a adoção da IA; especialista global em software e tecnologia low-code detalha como poderá ser a função de um validador de agentes. ▶▶▶

Observabilidade vira diferencial competitivo nas empresas brasileiras

De acordo com a Delfia, solução que antes era restrita à TI passa a orientar decisões estratégicas, reduzir custos e aumentar a eficiência operacional. ▶▶▶

Agentes de IA já são porta de entrada para o varejo de bens de consumo

A IA generativa passou a ocupar um papel estrutural na jornada de compra online. Dados do estudo Panorama Digital 2025 – Bens de Consumo, da Comscore, mostram que o acesso a sites de grandes varejistas via ChatGPT cresceu 181% em um ano (Paramorana Digital 2025 – Bens de Consumo YoY setembro 2025), transformando a plataforma de IA em um novo ponto de entrada para consumidores que buscam produtos de categorias como moda, eletrônicos, supermercado e itens do dia a dia. ▶▶▶

Para informações sobre o

MERCADO FINANCEIRO

faça a leitura do QR Code com seu celular



Negócios em Pauta

Divulgação: Uerj



Exposição relembra os 75 anos da Uerj e momentos importantes de sua trajetória

Em comemoração ao aniversário da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), celebrado no último mês de dezembro, a exposição “Setenta e Cinco – uma exposição histórica e cultural sobre os 75 anos da UERJ” reúne alguns marcos da presença da Universidade no território fluminense. A mostra fica em cartaz até o dia 31 de março, na Galeria Candido Portinari, no campus Maracanã. A exposição busca oferecer um pequeno recorte da multiplicidade da Universidade. Inicialmente concebida como a reunião de algumas faculdades do Estado, a UERJ se consolidou ao longo dos anos como referência em ensino, pesquisa, extensão e cultura no Brasil e no mundo. Por sua localização privilegiada e central, que possibilita o acesso a partir de várias regiões, a instituição construiu um ambiente extremamente plural, reunindo múltiplas culturas, classes, cores e histórias, o que originou processos políticos de vanguarda, como a implementação do estudo noturno e de ações afirmativas (<https://www.uerj.br/>). ▶▶▶ [Leia a coluna completa na página 3](#)

News@TI

Divulgação: Prêmio Zayed de Sustentabilidade



Prêmio Zayed de Sustentabilidade oferece R\$ 38 milhões para soluções inovadoras

@O Prêmio Zayed de Sustentabilidade, afiliado à Erth Zayed Philanthropies e principal premiação global dos Emirados Árabes Unidos para sustentabilidade e inovação humanitária, abriu as inscrições para o ciclo de 2027. Em sua 18ª edição, o Prêmio oferece US\$ 7,2 milhões (cerca de R\$ 38 milhões) e convida pequenas e médias empresas, organizações sem fins lucrativos e escolas de ensino médio a apresentar soluções inovadoras em seis categorias: Saúde, Alimentação, Energia, Água, Ação climática e Escolas de ensino médio globais. No ciclo de 2026 do prêmio, Status4, PME brasileira sediada em Sorocaba (SP), sagrou-se vencedora na categoria água e recebeu US\$ 1 milhão (cerca de R\$ 5 milhões e 379 mil) para escalar sua solução de economia de água. O destaque para o Brasil não parou por aí. Na categoria saúde, a Jade, uma PME pioneira em tecnologia da saúde criada por um brasileiro e sediada nos Emirados Árabes Unidos, foi a vencedora (www.ZayedSustainabilityPrize.com). ▶▶▶ [Leia a coluna completa na página 2](#)

A Outra Sala

Davos fala do futuro do trabalho. O mercado brasileiro vive o custo dele agora.

Por Ana Luisa Winckler

▶▶▶ [Leia na página 5](#)



OPINIÃO

A bolha da inteligência artificial e a repetição de um velho erro do mercado

Fernando Baldin (*)

Toda grande transformação tecnológica carrega um paradoxo, onde ao mesmo tempo em que é inevitável, também é superestimada no curto prazo.

Inteligência artificial parece ter chegado exatamente a esse ponto, e não porque seja frágil ou passageira, mas porque foi elevada cedo demais à condição de destino incontornável.

A pergunta, portanto, não é se a IA é relevante, isso já está resolvido. A pergunta mais honesta é se o mercado está conseguindo separar infraestrutura de euforia, valor real de narrativa, e resultado concreto de promessas bem embaladas.

A história oferece um paralelo para esse cenário, onde no final do século XIX, as ferrovias simbolizavam o futuro e investir em trilhos significava apostar no progresso. O problema é que em determinado momento, deixou de importar onde os trilhos levavam, bastava que existissem. Linhas foram construídas sem demanda, empresas surgiram sem modelo de negócio sustentável e métricas equivocadas passaram a definir sucesso, como quilômetros instalados e não passageiros transportados.

Hoje, o discurso é outro, mas o padrão se repete com modelos maiores, mais parâmetros e mais tokens processados. Métricas técnicas sofisticadas, porém, muitas vezes desconectadas do impacto operacional. Assim como no passado se media o progresso pela extensão da malha ferroviária, agora mede-se inovação pela escala do modelo, não pelo resultado entregue.

Apenas em 2024, investimentos globais em startups de IA alcançaram cerca de US\$ 110 bilhões, conforme uma análise da Dealroom, plataforma de dados e inteligência. Esses investimentos foram concentrados majoritariamente em iniciativas ainda precárias, com ciclos de retorno pouco claros. Ao mesmo tempo, vimos que uma parcela das empresas que iniciaram projetos de IA em larga escala não conseguiu avançar do piloto para a produção de forma consistente. Esse gargalo raramente é tecnológico, é econômico, organizacional e operacional.

Esse descompasso não invalida a tecnologia, ao contrário, assim como a bolha das ferrovias estourou, investidores perderam dinheiro, empresas desapareceram e, ainda assim, os trilhos permaneceram e se tornaram infraestrutura crítica para o crescimento industrial das décadas seguintes. O mesmo tende a acontecer com a inteligência artificial.

O risco maior não está na eventual correção de mercado, mas no psicológico que acompanha o auge de qualquer bolha, que é o medo de ficar para trás. Quando o discurso se torna "se você não adotar agora, ficará irrelevante", a racionalidade cede espaço à pressa e decisões estratégicas passam a ser tomadas com base em ansiedade, não em análise.

Nesse ponto, algumas perguntas deveriam anteceder qualquer grande iniciativa em IA, como: existe demanda real para essa aplicação ou estamos forçando um problema para justificar a solução? O retorno sobre investimento é mensurável ou apenas projetado em apresentações? O custo computacional, energético e operacional conversa com o benefício esperado? Há governança suficiente para lidar com riscos, como erro sistêmico, alucinação de modelos e impactos regulatórios? Ignorar essas questões é colocar trilhos onde não há rota.

É nesse ambiente de pressão que se forma a diferença entre quem usa IA como adereço estratégico e quem a incorpora como vantagem estrutural. As organizações que atravessam bolhas com maturidade são aquelas que tratam a tecnologia como meio, não como fim, conectando IA a processos claros, indicadores objetivos e decisões de negócio concretas. Entendendo que automação inteligente não é sobre substituir tudo, mas sobre orquestrar melhor o que já existe.

A inteligência artificial vai, sim, redefinir operações, produtividade e modelos de decisão, mas não da forma mágica que muitas narrativas sugerem. Assim como os trilhos que realmente prosperaram foram aqueles conectados a cidades, indústrias e pessoas, a IA que sobreviverá será a que estiver conectada a problemas reais, métricas claras e resultados sustentáveis.

(*) Country Manager LATAM da AutomationEdge.

As dúvidas sobre inteligência artificial ainda são muitas

Investidores seguem apreensivos diante de um possível "estouro da bolha" de inteligência artificial, já que os ganhos de produtividade com a tecnologia continuam difíceis de comprovar.

Vivaldo José Breternitz (*)

De acordo com uma pesquisa recente PwC, um dos maiores grupos de consultoria e auditoria do mundo, mais da metade dos 4.454 CEOs entrevistados afirmou que "suas empresas ainda não estão vendo retorno financeiro dos investimentos em IA"; apenas 30% relataram aumento de receita nos últimos 12 meses.

Em contrapartida, um expressivo contingente de 56% disse que a tecnologia falhou em elevar receitas ou reduzir custos. Somente 12% dos executivos declararam que a IA conseguiu atingir ambos os objetivos.

Os resultados reforçam as dúvidas persistentes sobre a eficácia da tecnologia, apesar de empresas do setor estarem destinando muitos bilhões de dólares à construção de data centers e infraestrutura relacionada.

"Um pequeno grupo de companhias já está transformando IA em retornos financeiros mensuráveis, enquanto muitas outras ainda lutam para avançar além dos projetos-piloto", afirmou Mohamed Kande, presidente global da PwC.

A consultoria também destacou que a maioria das empresas carece de "fundamentos de IA, como planos de ação claramente definidos e níveis adequados de investimento" para alcançar resultados concretos.

Ainda assim, permanece em aberto o



Alemedia_id_CANVA

debate sobre se despejar ainda mais recursos na tecnologia será suficiente para transformá-la em geradora de resultados, e não apenas em um peso nos balanços corporativos.

Por ora, o cenário segue pouco animador. Um relatório do MIT, amplamente citado no ano passado, concluiu que 95% das tentativas de incorporar IA generativa aos negócios não resultaram em "aceleração rápida de receita".

A própria eficácia da tecnologia tem sido questionada repetidamente, seja pelas frequentes "alucinações" dos sistemas, pela dificuldade em executar tarefas práticas

de escritório ou pelas preocupações com segurança de dados.

O tema dos retornos tangíveis sobre investimentos em IA promete dominar a pauta corporativa neste ano, à medida que executivos buscam traduzir o entusiasmo em aplicações reais e descobrir se, de fato, a tecnologia ajudará a fortalecer os resultados financeiros no longo prazo.

Muita atenção deve ser dedicada ao assunto.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas - vjntz@gmail.com.

O que é hospedagem VPS na prática e por que isso impacta sua presença online

À medida que empresas, criadores de conteúdo e serviços digitais ampliam sua atuação na internet, a infraestrutura que sustenta um site deixa de ser um detalhe técnico e passa a ser um fator estratégico. Nesse contexto, a hospedagem VPS (Virtual Private Server) surge como uma solução intermediária entre os planos compartilhados e os servidores dedicados, oferecendo mais controle, estabilidade e previsibilidade para projetos que exigem desempenho consistente.

Na prática, um VPS funciona a partir da divisão de um servidor físico em múltiplos ambientes virtuais independentes. Cada um desses ambientes opera como se fosse um servidor exclusivo, com recursos próprios de memória, processamento e armazenamento. Isso significa que, mesmo estando em uma estrutura compartilhada, o desempenho de um site não é afetado diretamente pelo tráfego ou pelas demandas de outros projetos hospedados no mesmo equipamento físico.

Essa independência técnica faz diferença no dia a dia. Em planos mais simples, picos de acesso em sites vizinhos podem causar lentidão ou instabilidade. No VPS, os recursos contratados ficam reservados, o que garante maior previsibilidade de performance. Para negócios que dependem de disponibilidade constante, como e-commerces, plataformas de conteúdo ou sistemas internos, essa estabilidade impacta diretamente a experiência do usuário e os resultados comerciais.



JOJOIKA/CANVA

Outro ponto relevante é o nível de controle. A hospedagem VPS permite configurações personalizadas do ambiente, incluindo sistema operacional, versões específicas de softwares e ajustes avançados de segurança. Esse grau de autonomia é especialmente importante para projetos que precisam atender requisitos técnicos específicos ou que trabalham com dados sensíveis. Ao isolar processos e permissões, o VPS reduz riscos e amplia a capacidade de resposta a incidentes.

Do ponto de vista da presença online, desempenho e confiabilidade são fatores cada vez mais determinantes. Sites lentos tendem a ter maior taxa de rejeição, menor tempo de permanência e dificuldades para

competir por visibilidade nos mecanismos de busca. Uma infraestrutura robusta contribui para carregamentos mais rápidos, maior estabilidade em períodos de alto tráfego e melhor percepção de qualidade por parte do público.

É nesse cenário que a escolha da hospedagem de site deixa de ser apenas uma decisão operacional e passa a influenciar diretamente a credibilidade digital de uma marca. Ao optar por soluções mais avançadas, como o VPS, empresas ganham flexibilidade para crescer, segurança para operar e uma base técnica mais sólida para sustentar sua estratégia online no médio e longo prazo (https://uolhost.uol.com.br/hospedagem-de-sites).

Galaxy Z Flip7 Edição Olímpica

A Samsung Electronics Co., Ltd. apresenta o Galaxy Z Flip7 Edição Olímpica 1, concebido exclusivamente para os atletas que competirão nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Inverno de Milão-Cortina 2026. Distribuído a cerca de

3.800 atletas olímpicos e paralímpicos de aproximadamente 90 países, o dispositivo de edição especial acompanhará os atletas ao longo de toda a experiência nos Jogos, apoiando a vida na Vila Olímpica e permitindo que capturem e compartilhem momentos significativos — da competição à celebração. O Galaxy Z Flip7 Edição Olímpica fará parte dos momentos

oficiais do pódio por meio da Selfie da Vitória, que estreará nos Jogos Olímpicos de Inverno de Milão-Cortina 2026. Pela primeira vez, a iniciativa será expandida para competições esportivas coletivas nos Jogos Olímpicos, permitindo que todos os atletas participantes documentem seu momento de vitória através de suas próprias lentes (https://www.samsung.com/br).

News@TI

Diagnóstico gratuito para grandes empresas avaliarem prontidão em Inteligência Artificial

At Indicium, consultoria global especializada em dados e inteligência artificial, com mais de 1.000 projetos concluídos na área para grandes empresas como Burger King, Volvo, Pepsico e Copa Energia, anuncia o lançamento do AI Readiness Assessment (ou Avaliação de Prontidão para IA), uma ferramenta de diagnóstico gratuita que ajuda organizações a entenderem seu nível de maturidade em IA e a identificarem os passos necessários para escalar projetos de forma sustentável. Em apenas três minutos, as empresas recebem um score detalhado, uma análise comparativa com companhias do mesmo setor e um roteiro claro de investimentos prioritários. A novidade chega em um momento crítico para o mercado. A adoção de inteligência artificial corporativa vive um ponto de inflexão: enquanto companhias no mundo inteiro aceleram investimentos em IA generativa e análise avançada, poucos conseguem transformar pilotos em resultados concretos. O potencial é extraordinário, mas capturar todo o seu valor continua sendo um desafio. Um levantamento recente do MIT, aponta que 95% dos pilotos de IA generativa não chegam à etapa de escala, principalmente por falta de infraestrutura adequada, integração de dados e preparo interno (www.indicium.ai).

Empresas & Negócios José Hamilton Mancuso (1936/2017)

Laurinda Machado Lobato (1941-2021)

Responsável: Lilian Mancuso

Editorias Economia/Política: J. L. Lobato (lobato@netjen.com.br); Ciência/Tecnologia: Ricardo Souza (ricardosouza@netjen.com.br); Livros: Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioralph.com.br); Comercial: comercial@netjen.com.br; Publicidade Legal: lilian@netjen.com.br

Webmaster/TI: Fabio Nader; Edição Eletrônica: Ricardo Souza. Revisão: Maria Cecília Camargo; Serviço informativo: Agências Brasil, Senado, Câmara, EBC, ANSA.

Artigos e colunas são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.

Jornal Empresas & Negócios Ltda Administração, Publicidade e Redação: Rua Joel Jorge de Melo, 468, cj. 71 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP: 04128-080 Telefone: (11) 3106-4171 - E-mail: (netjen@netjen.com.br) Site: (www.netjen.com.br). CNPJ: 05.687.343/0001-90 JUCESP, Nire 35218211731 (6/6/2003) Matriculado no 3º Registro Civil de Pessoa Jurídica sob nº 103.

Colaboradores: Claudia Lazzarotto, Eduardo Moisés, Geraldo Nunes e Heródoto Barbeiro.

ISSN 2595-8410

Prévia da inflação oficial de janeiro perde força e fica em 0,20%

A conta de luz mais barata foi um dos fatores que ajudaram a prévia da inflação oficial de janeiro perder força e fechar em 0,20%

Em dezembro, o índice havia ficado em 0,25%. Com o resultado do primeiro mês de 2026, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) acumula 4,5% em 12 meses, limite máximo da meta de inflação do governo. Em dezembro, o acumulado era 4,41%.

Os dados foram divulgados ontem (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, dois apresentaram recuo na média de preços na passagem de dezembro para janeiro. Dentro do grupo habitação, a conta de luz recuou 2,91%, sendo o preço que mais puxou a média da inflação do mês



Conta de luz e passagem aérea ajudaram a segurar o IPCA-15.

para baixo – impacto de -1,2 ponto percentual (p.p.).

A explicação está na mudança da bandeira tarifária, determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que passou de amarela para verde. Em dezembro estava em vigor

a bandeira amarela, com a cobrança adicional de R\$ 1,885 a cada 100 quilowatt-hora (Kwh) consumidos. Já em janeiro, a verde não tem custo adicional para os consumidores.

O IPCA-15 tem basicamente a mesma metodologia do

IPCA, a chamada inflação oficial, que serve de base para a política de meta de inflação do governo: 3% no acumulado em 12 meses, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p.) para mais ou para menos. A diferença está no período de coleta de preços e na abrangência geográfica.

Na prévia, a pesquisa é feita e divulgada antes mesmo de acabar o mês de referência. Em relação à divulgação atual, o período de coleta foi de 13 de dezembro de 2025 a 14 de janeiro de 2026. Ambos os índices levam em consideração uma cesta de produtos e serviços para famílias com rendimentos entre um e 40 salários mínimos. Atualmente o valor do mínimo é R\$ 1.621 (ABr).

O nó das emendas na esfera estadual e municipal

Dimas Ramalho (*)

O advento das emendas parlamentares de execução obrigatória, as chamadas "emendas impositivas", consolidou uma profunda reestruturação na dinâmica orçamentária brasileira, transferindo fatias significativas do poder de alocação de recursos das mãos do Poder Executivo para o Legislativo.

Esse novo modelo, embora tenha nascido com a promessa de garantir autonomia aos parlamentares e reduzir as históricas moedas de troca política, acabou produzindo uma multiplicidade de problemas. Além dos episódios de falta de transparência e desvios de recursos noticiados pela mídia, ele também trouxe consigo um debate jurídico que agora bate à porta das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais de todo o país.

O desafio reside na ajustada transposição do modelo federal para as esferas estadual e municipal. Como o orçamento tem natureza de lei, o Supremo Tribunal Federal (STF) já consolidou que as regras de processo legislativo previstas na Constituição Federal devem ser replicadas pelos entes locais. Logo, havendo autorização normativa expressa na esfera própria, deputados estaduais e vereadores podem propor emendas de execução obrigatória, mas essa nova prerrogativa veio acompanhada de uma controvérsia jurídica sobre os limites reais desse poder.

O cerne do problema está em uma conta que parece simples, mas que esconde um grande debate. O art. 166, §§ 9º e 9º-A, da Constituição da República estabelece que o Congresso Nacional pode destinar até 2% da Receita Corrente Líquida para emendas individuais. No entanto, o texto constitucional é preciso ao dividir esse valor: 1,55% fica com a Câmara dos Deputados, que reúne os representantes do povo, e 0,45% com o Senado Federal, que representa os estados e o distrito federal.

É exatamente nesta distinção que surge o impasse para os demais entes federados. O princípio da simetria supõe que as normas voltadas à União se aplicam "no que couber" para os Estados e Municípios, o que

demandam o reconhecimento das assimetrias institucionais entre os entes: enquanto o Congresso Nacional é bicameral, as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais operam de forma unicameral. Diante desse quadro, questiona-se se o percentual destinado às emendas locais deve observar o teto global de 2% ou se deve espelhar apenas a fatia destinada a uma das casas deliberativas federais.

Em resposta a essa questão, a decisão monocrática do ministro Alexandre de Moraes, na ADI 7869/PB, determinou que as emendas de parlamentares estaduais deveriam adotar o limite de 1,55%, tomando a Câmara dos Deputados como paradigma direto para as casas legislativas subnacionais.

Embora a decisão tenha sido proferida em sede cautelar, ela oferece uma fundamentação robusta ao sistema constitucional, sugerindo que a interpretação da norma deve ser deduzida a partir de parâmetros concretos equivalentes. Portanto, em atenção à diversidade de modelos legislativos, torna-se despropositado que um parlamentar estadual ou municipal detenha um percentual individual superior ao de um deputado federal. De todo modo, enquanto não houver um julgamento definitivo de mérito no plenário do STF, que terá efeito vinculante geral, as normas locais que estabelecem o limite de 2% ainda gozam de presunção de validade, na medida em que guardam fidelidade à literalidade do texto constitucional.

Independentemente da disputa pelos percentuais, o debate mais urgente é, sem dúvida, a respeito da qualidade desse gasto. A "impositividade" das emendas traz uma responsabilidade redobrada. Já não basta apenas ter o direito de indicar o destino da verba. É preciso garantir que o dinheiro seja aplicado com transparência, racionalidade e, acima de tudo, para atender às reais necessidades da população. No fim das contas, seja 1,55% ou 2%, o que o cidadão espera é que cada centavo do orçamento seja tratado com o rigor e a ética que o dinheiro público exige.

(*) - É vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Governo prorroga até março prazo para pedido de ressarcimento do INSS

O governo federal decidiu prorrogar até 20 de março o prazo para que aposentados e pensionistas possam solicitar o ressarcimento de valores descontados indevidamente de seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O prazo original se encerraria em 14 de fevereiro.

De acordo com o balanço mais recente do INSS, cerca de 4,2 milhões de beneficiários já foram ressarcidos, em valores que somam R\$ 2,8 bilhões, de um total de R\$ 6,2 bilhões de contestações de cobranças. O governo estima, no entanto, que ainda existem 850 mil aposentados e pensionistas aptos a solicitar a devolução.

O esquema de descontos indevidos foi revelado pela Operação Sem Desconto,

deflagrada pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU), que identificou fraudes em Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) firmados entre o INSS e entidades associativas. As investigações levaram ao afastamento de parte da cúpula do instituto em abril. A prorrogação busca assegurar que todos os lesados pelo esquema possam recuperar os valores de forma simplificada e sem necessidade de ação judicial.

Os beneficiários podem abrir pedidos de ressarcimento pelos canais oficiais do INSS: aplicativo ou site Meu INSS, com login no Portal Gov.br; Telefone 135, com atendimento gratuito de segunda a sábado, das 7h às 22h; Agências dos Correios, que oferecem suporte gratuito em mais de 5 mil unidades (ABr).

Após cinco anos de vacinação, Covid recua, mas ainda preocupa

A vacinação contra a Covid-19, iniciada há 5 anos no Brasil, levou ao fim da pandemia - mas a doença ainda persiste, mesmo que em patamares muito menores. Por isso, especialistas alertam que é essencial manter a imunização entre aqueles que não foram vacinados antes ou que têm risco maior de desenvolver quadros graves da doença.

A cobertura, no entanto, está longe do ideal: em 2025, de cada 10 doses distribuídas pelo Ministério da Saúde aos estados e municípios, menos de 4 foram utilizadas. Foram, ao todo, 21,9 milhões de vacinas, e apenas 8 milhões aplicadas.

Dados da plataforma Infogripe da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que monitora a ocorrência da chamada síndrome respiratória aguda grave (SRAG),

mostram as consequências dessa baixa cobertura. Em 2025, pelo menos 10.410 pessoas adoeceram com gravidade após a infecção pelo Coronavírus, com cerca de 1,7 mil mortes. Os números se referem apenas aos casos confirmados com teste laboratorial e, como alguns registros são inseridos tardiamente no sistema de vigilância do Ministério da Saúde, os dados de 2025 ainda podem aumentar.

O coordenador do Infogripe Leonardo Bastos reforça que o Coronavírus continua sendo um dos vírus respiratórios mais ameaçadores para a saúde. A pesquisadora da plataforma complementa que o vírus ainda não demonstrou ter uma sazonalidade, como a influenza, por exemplo, que costuma apresentar aumento de casos no inverno (ABr).



NEGÓCIOS
em
PAUTA

lobato@netjen.com.br

A - Oportunidade

A Conta Azul, empresa líder em soluções de gestão financeira para PMEs, está com 34 vagas abertas nos modelos remoto, híbrido e presencial. As oportunidades abrangem diferentes áreas estratégicas da companhia, como engenharia de dados, tecnologia, produto e design, customer success, atendimento ao cliente e vendas, com posições que vão desde o nível júnior até cargos de liderança. Os interessados devem se inscrever neste link. (<https://contaazul.inhire.app/vagas>).

B - Obtenção da CNH

O Detran-SP anunciou novas medidas para facilitar o processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). As principais mudanças são a retirada definitiva da etapa de baliza e a possibilidade de realização da prova em veículos com câmbio automático. Os candidatos que não necessitam de adaptação veicular poderão realizar o exame prático em carros automáticos, regularmente cadastrados. A medida reconhece a crescente presença desse tipo de veículo na frota brasileira e amplia as possibilidades para os candidatos, respeitando os critérios técnicos já adotados nos exames.

C - Armazenamento de Energia

A CPFL Energia está com inscrições abertas para a Chamada Pública de Projetos (CPP) Multitemas, que busca projetos capazes de responder aos principais desafios tecnológicos do setor elétrico. O edital está disponível no site do Grupo (<https://www.grupocpfl.com.br/inovacao/chamada-publica-projetos-de-inovacao>) e recebe propostas até 8 de fevereiro para o tema Novas Tecnologias e Aplicações de Armazenamento de Energia. Podem participar instituições públicas

ou privadas, isoladamente ou em consórcio, incluindo startups, universidades, centros de pesquisa, empresas de base tecnológica, empresas incubadas, fabricantes de materiais e equipamentos e empresas de consultoria.

D - Mercado Premium

O ano de 2025 foi marcado por um reposicionamento estratégico da Weber Haus, uma das marcas mais reconhecidas do mercado brasileiro de cachaaças especiais. Com uma atuação assertiva em diferentes frentes de consumo, a empresa direcionou investimentos e registrou desempenho expressivo nos rótulos de entrada. O principal produto dessa categoria, a Cachaça Weber Haus Prata, teve um aumento de 48% nas vendas. O cenário também acompanha um novo comportamento de consumo, no qual o público passa a valorizar qualidade em vez de quantidade, priorizando escolhas mais conscientes, produtos bem elaborados e experiências mais qualificadas.

E - Leitoras Iniciantes

O programa Alfabetiza Juntos SP registrou em 2025 o recorde de mais de 330 mil crianças de até 7 anos que sabem ler e escrever na idade certa, ou três a cada quatro avaliadas. É o que aponta a Avaliação de Fluência Leitora, coordenada pelo Governo de São Paulo com método unificado, em parceria com as prefeituras. A avaliação final de 2025 foi aplicada a 432,3 mil alunos do 2º ano do Ensino Fundamental de escolas estaduais e municipais, sendo 330,5 mil considerados alunos leitores. Considerando ambas as redes públicas, o estado de São Paulo tem 76,5% das crianças com 7 anos de idade como leitoras iniciantes ou fluentes.

F - Exportações de Biscoitos

Em 2025, a Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados (Abimapi), registrou um faturamento de USD 250,5 milhões nas exportações, representando uma alta de 6,4% em valor e 1,8% em volume (96,4 mil toneladas) em relação a 2024. O ranking dos dez principais destinos das exportações da cesta ABIMAPI foi liderado por Estados Unidos, responsável por USD 47,4 milhões, seguido de Paraguai (USD 36 milhões), Uruguai (USD 32,2 milhões), Argentina (USD 30,9 milhões), Chile (USD 23,6 milhões), México (USD 13,7 milhões), Venezuela (USD 9,4 milhões), Colômbia (USD 8,6 milhões), Peru (USD 8,3 milhões) e Cuba (USD 7,5 milhões).

G - Centro de Distribuição

A OMODA & JAECCO ampliará espaço de seu armazém, localizado em Cajamar (SP), passando dos atuais 1.600 m2 para quase 3.000 m2, ao longo de 2026. A iniciativa, que ocorrerá em ritmo paralelo ao crescimento dos volumes de vendas, reforça o compromisso da marca com excelência operacional, eficiência logística e escalabilidade, pilares essenciais para sustentar o ritmo acelerado no Brasil e a chegada de três novos modelos prometidos para este ano. Instalado em uma região privilegiada e altamente relevante do ponto de vista logístico, o CD de Cajamar permite distribuição ágil e integrada de peças e componentes para a rede nacional de concessionárias da marca, que já ultrapassa 70 pontos de venda.

H - Unidades Habitacionais

O Governo de São Paulo, por meio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), assinou convênio de R\$ 77 milhões com a Prefeitura de Santos e a Companhia de Habitação da Baixada Santista (Cohab-ST) para a construção de mais 350 unidades habitacionais no Dique da Vila Gilda, uma das maiores áreas de palafitas do país. A fundação dos imóveis será realizada pelo município, em parceria com o Governo Federal. As novas unidades serão implantadas nas Áreas A e B do território, com 176 moradias em uma área e 174 na outra. As famílias beneficiadas com as moradias serão indicadas pela Prefeitura.

Quando o controle institucional falha, o que sobra?

Enzo Fachini (*)

Não existe sistema jurídico-político perfeito. Isso é trivial

Se existisse, teria sido adotado por qualquer país que levasse a democracia minimamente a sério — ao menos se considerarmos que democracia não é um ideal sofisticado, mas o ponto de partida.

A experiência brasileira mostra que o modelo de freios e contrapesos já funcionou. Pessoas ligadas ao Poder Executivo foram investigadas por órgãos estatais a ele vinculados. Uma presidente da República foi afastada pelo Congresso, em um processo que, concordasse ou não com o mérito político, demonstrou capacidade institucional de contenção. Parlamentares e autoridades do alto escalão já foram processados e condenados criminalmente. Decisões judiciais abusivas também já foram revistas por tribunais superiores. Até magistrados passaram a responder por desvios ligados ao exercício do cargo em escândalos recentes.

O sistema, portanto, não é uma abstração teórica: ele já operou.

O problema começa quando o desequilíbrio se instala no topo. O que acontece quando o poder que deveria ser o último freio passa a atuar sem freios visíveis? Quando a instância que encerra todos os debates parece não admitir qualquer forma de controle?

A Constituição não deixa margem a dúvidas.

Cabe ao Senado Federal processar e julgar ministros do Supremo Tribunal Federal por crimes de responsabilidade (art. 52, II). Esse mecanismo não é simbólico; existe justamente para impedir a concentração absoluta de poder.

Na prática, porém, tornou-se letra morta. O Senado não age. Não fiscaliza. Não reage. Seja por conveniência, medo ou dependência política, consolidou-se um pacto informal de autopreservação entre os Poderes — um jogo de retaliações silenciosas, típico de um faroeste institucional.

Nesse cenário, a pergunta incômoda surge naturalmente: quem freia o Supremo?

A resposta é desconfortável, mas simples. Quando os mecanismos institucionais falham, sobra o voto. O voto não como gesto simbólico, mas como última instância de correção do sistema. Sem parlamentares independentes, sem passivos judiciais, sem padrinhos e sem medo de retaliação, o controle constitucional vira ficção. O problema não está apenas nas instituições — está na qualidade de quem as ocupa.

Sem renovação política real, o desequilíbrio deixa de ser episódico e passa a ser estrutural. E nenhuma democracia sobrevive quando o poder máximo deixa de ser efetivamente contido por qualquer outro.

(*) Advogado, mestre em Direito Penal Econômico pela FGV.

Interesse por aposentadoria cresce 84,9% em um ano; veja as principais dúvidas dos brasileiros

Perguntas mais frequentes envolvem valor do benefício, regras para quem não contribuiu ao INSS e tipos de aposentadoria

O dia 24 de janeiro marca o aniversário da Previdência Social brasileira e também o Dia Nacional do Aposentado. Mais de um século após o início do sistema previdenciário no Brasil, a aposentadoria segue no centro do debate público.

Segundo dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o país iniciou 2025 com cerca de 23,5 milhões de aposentados, número que tende a crescer de forma acelerada nas próximas décadas. Uma pesquisa do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) indicou que a população idosa brasileira deve dobrar em apenas 25 anos.

Além do aumento no número de beneficiários, as regras da Previdência, que variam conforme o regime de trabalho, também contribuem para o volume de dúvidas. A aposentadoria do servidor público, por exemplo, não é necessariamente concedida pelo INSS, servidores efetivos, aprovados em concurso público, em geral estão vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que possui normas específicas de idade, tempo de contribuição e cálculo dos benefícios.

Nesse contexto, uma pesquisa identificou quais são as perguntas mais frequentes sobre o tema. O levantamento realizado pelo Galvão & Silva, escritório de advocacia, com base no volume de buscas dos usuários no Google Brasil durante os últimos 12 meses.

Quais são as perguntas frequentes sobre aposentadoria?

Segundo o estudo, as buscas pelo termo “aposentadoria” cresceram 84,91% em 2025, em comparação com 2024, ultrapassando 3 milhões de pesquisas anuais.

Além disso, as principais dúvidas relacionadas ao tema somam quase 20 mil buscas específicas. Em seguida, estão as perguntas mais frequentes identificadas no levantamento.

Aposentadoria por idade para quem nunca contribuiu (4.700 buscas)

Quem nunca contribuiu ao INSS não tem acesso à aposentadoria tradicional. No entanto, existe uma alternativa de caráter assistencial.

A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) garante o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a pessoas com 65 anos ou mais que não consigam se sustentar e cuja renda familiar por pessoa seja de até 1/4 do salário mínimo. O valor do benefício corresponde a um salário mínimo. Porém, por lei, ele não gera direito a 13º salário nem a pensão por morte aos dependentes, diferentemente dos benefícios previdenciários tradicionais.

Quanto tempo leva para transformar auxílio-doença em aposentadoria? (2.100 buscas)

A conversão do auxílio-doença em aposentadoria por incapacidade permanente não segue um prazo fixo. O



processo depende da avaliação médica, que analisa se a incapacidade é total, permanente e sem possibilidade de reabilitação. Após a perícia, o resultado indica se o benefício temporário será mantido ou convertido em aposentadoria.

Quando a aposentadoria por invalidez se torna definitiva? (1.800 buscas)

Em regra, a Aposentadoria por Incapacidade Permanente (antiga aposentadoria por invalidez) não é definitiva e pode passar por revisões periódicas. Porém, a incapacidade se torna permanente quando a Perícia Médica Federal conclui que o segurado não pode ser reabilitado para nenhuma atividade profissional, ainda que diferente da anterior.

No caso dos servidores públicos, regras de idade e tempo de recebimento do benefício também podem determinar a dispensa da reavaliação periódica, dependendo do regime previdenciário (RPPS) e das leis locais.

Como calcular quanto vou receber de aposentadoria? (1.500 buscas)

O cálculo do valor da aposentadoria varia conforme a modalidade do benefício. Existem regras específicas para aposentadoria rural, por tempo de contribuição, além das regras de transição, como os pedágios de 50% e 100%. Fatores como tempo de contribuição e média salarial influenciam diretamente no valor final.

Autista tem direito à aposentadoria? (1.400 buscas)

A pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode ter acesso a benefícios previdenciários, se tiver contribuído. Ademais, é possível solicitar aposentadoria da pessoa com deficiência, com redução de idade ou tempo de contribuição. Para quem não contribuiu e possui baixa renda, o BPC e o auxílio-inclusão são alternativas, desde que sejam atendidos os critérios de renda e incapacidade.

O que é aposentadoria compulsória? (1.300 buscas)

A aposentadoria compulsória é o mecanismo legal pelo qual o Estado determina o afastamento automático do servidor público da atividade, ou seja, a passagem forçada para a inatividade.

Ocorre quando o servidor público federal, estadual ou municipal passa automaticamente para a inatividade ao completar 75 anos, independentemente do tempo de contribuição ou do sexo.

Essa modalidade é uma regra específica do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e difere das aposentadorias do Regime Geral (INSS). É uma medida que visa garantir a renovação do quadro funcional em órgãos públicos, sendo aplicada de forma automática.

O valor do benefício é determinado conforme as regras do RPPS ao qual o servidor está vinculado (União, Estados ou Municípios). Geralmente, a aposentadoria compulsória será concedida com proventos proporcionais ao tempo de contribuição do servidor, caso ele não tenha cumprido todos os requisitos para a aposentadoria voluntária por idade ou tempo de contribuição.

Servidores que, ao completarem 75 anos, já tiverem cumprido todos os requisitos para a aposentadoria voluntária (como tempo mínimo no serviço público e idade mínima, conforme as regras de transição ou permanentes) receberão os proventos de forma integral.

O que é a aposentadoria especial? (1.300 buscas)

A aposentadoria especial beneficia trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde. O direito depende da comprovação do risco, por meio do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), que atesta a exposição a fatores como ruído, calor, agentes químicos ou periculosidade.

Quais doenças crônicas dão direito à aposentadoria? (1.300 buscas)

O INSS não possui uma lista fechada de doenças. Assim, o critério central é a comprovação de incapacidade permanente para o trabalho.

É possível receber pensão por morte e aposentadoria? (1.200 buscas)

Sim. A legislação permite a acumulação dos benefícios. Contudo, o segurado recebe 100% do benefício de maior valor, enquanto o benefício adicional sofre aplicação de percentuais regressivos, conforme faixas do salário mínimo.

Proclamas de Casamentos

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

15º Subdistrito - Bom Retiro

Amanda de Rezende Campos Marinho Couto - Oficial

Faço saber que os seguintes pretendentes apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525, do Código Civil Atual Brasileiro e desejam se casar:

O pretendente: **GUILHERME FILIDIS JOSÉ**, nascido nesta Capital, Jardim Paulista, SP, no dia 12/04/1994, profissão contador, estado civil solteiro, residente e domiciliado neste Subdistrito, São Paulo, SP, filho de Luiz Henrique Mendieta José e de Ana Paula Filidis José. A pretendente: **YANCA MARTINS DOS REIS**, nascida em São Paulo, SP, (registrada em Itaquaquecetuba, SP), no dia 07/06/1996, profissão analista de RH, estado civil solteira, residente e domiciliada neste Subdistrito, São Paulo, SP, filha de José Martins dos Reis e de Elizabete de Jesus Reis.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lavro o presente, para ser afixado no Oficial de Registro Civil e publicado na imprensa local
Jornal Empresas & Negócios

Brasil chega a 2026 com setor agrícola ajustado à nova realidade econômica global e doméstica

O ano de 2025 consolidou o agronegócio brasileiro como um pilar robusto da economia nacional, encerrando o período com conquistas expressivas que reforçam nossa capacidade produtiva e competitividade global

Hugo Centurion (*)

O setor alcançou números históricos: exportações recorde de US\$ 169,2 bilhões (crescimento de 3% sobre 2024), safra recorde de 352,2 milhões de toneladas de grãos (incremento de 17%) e a abertura de 525 novos mercados desde 2023. Esses resultados impulsionaram o PIB nacional e foram importantes para o controle da inflação de alimentos, demonstrando que o campo brasileiro continua sendo motor do desenvolvimento econômico e da segurança alimentar do país.



A produtividade das principais culturas atingiu patamares inéditos, com destaque para a soja, que registrou média nacional de 3.621 kg/ha, e para o milho, com produção total de 139,7 milhões de toneladas, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A diversificação da pauta exportadora também deve ser destacada, com a alta de exportação de produtos não convencionais. O comércio de gergelim, por exemplo, somou US\$ 195,1 milhões apenas para a China. A diversificação demonstra a capacidade do setor de se reinventar e buscar novos nichos de mercado, reduzindo a dependência de commodities tradicionais.

A capacidade de adaptação do produtor brasileiro diante de adversidades históricas nos dá confiança de que ele saberá navegar ao longo de 2026. As projeções apontam para um crescimento mais comedido, porém sustentável, do PIB do agronegócio, estimado em torno de 1%, após a expansão de 9,6% em 2025, conforme a CNA. A safra 2025/2026 deve superar 354 milhões de toneladas, com destaque para a soja (projeção de 177,6 milhões de toneladas, +3,6%) e manutenção de níveis recorde na produção de carnes.

O mercado internacional, embora apresente volatilidade nos preços das commodities, oferece demanda estrutural sólida, especialmente na China, na crescente classe média asiática e na expectativa da implementação gradual do acordo Mercosul-União Europeia, desde que atendidas as exigências de sustentabilidade e rastreabilidade.

O acordo comercial entre Mercosul-UE representa um divisor de águas para o agronegócio brasileiro, criando a maior zona de livre comércio do mundo, com cerca de 720 milhões de consumidores e PIB

combinado de US\$ 22 trilhões. O tratado oferece acesso ao mercado europeu com redução gradual de tarifas para 95% dos bens nacionais, segundo o governo brasileiro.

No mercado doméstico, a expectativa é de estabilidade no abastecimento. A tendência de consumo por alimentos mais saudáveis, orgânicos e com certificação de origem cria oportunidades para o setor agregar valor e desenvolver cadeias curtas de comercialização. O e-commerce agrícola e plataformas digitais como o Ceasa Digital estão democratizando o acesso de pequenos produtores aos consumidores finais, ampliando margens e reduzindo intermediações.

O segmento de hortifrúti merece destaque como exemplo de dinamismo e capacidade de adaptação. As exportações subiram em 2024 e em 2025, resultado da qualidade e diversidade da produção brasileira, e da conquista de mercados exigentes. Produtos como manga, melão, uva, mamão e maçãs encontraram nichos específicos, em que o Brasil se destaca pela combinação de clima favorável, janelas de exportação estratégicas e

crescente profissionalização do setor.

O apelo saudável de frutas e hortaliças, aliado à demanda global por alimentos frescos e nutritivos, posiciona o hortifrúti como segmento de alto potencial para os próximos anos.

Para 2026, o setor enfrenta o desafio de equilibrar a expansão da área produtiva com investimentos em tecnologias que minimizem impactos climáticos.

O hortifrúti brasileiro tem todas as condições de ampliar sua participação no mercado global, desde que continue investindo em logística, armazenamento controlado e rastreabilidade, atributos essenciais para atender mercados premium e cumprir exigências sanitárias internacionais.

Em 2026, os produtores rurais brasileiros seguem no centro do desenvolvimento do país, mostrando que trabalho, tecnologia e visão de longo prazo transformam desafios em oportunidades e mantêm o Brasil como potência agrícola global.

(*) Head da Ascenza Brasil.



A Outra Sala

Ana Luisa Winckler

Davos fala do futuro do trabalho. O mercado brasileiro vive o custo dele agora

O futuro do trabalho e o elefante cansado na sala

Em Davos, o futuro do trabalho soa sempre elegante. A inteligência artificial "vai ampliar empregos, não substituir pessoas", dizem CEOs globais com convicção - como **Satya Nadella** (CEO da **Microsoft** e uma das principais vozes globais sobre tecnologia, IA e liderança na economia digital).

É uma frase bonita. Tranquilizadora. Quase terapêutica. Aqui no Brasil, ela costuma ganhar uma tradução prática: o trabalho continua existindo, sim, só ficou mais rápido, mais complexo e com menos tempo para aprender. A vaga não some. A margem de erro, sim.

Enquanto isso, o futuro chega sem legenda: por e-mail às 23h, por uma call que "podia ser um áudio", por um afastamento médico discreto, por um pedido de demissão "por motivos pessoais".

Não é falta de visão. É excesso de descompasso.

A IA chegou. O humano ficou para a próxima sprint.

Em Davos, o consenso foi claro: **IA deixou de ser tendência e virou infraestrutura econômica**. Produtividade, crescimento, escala, tudo passa por ela. "Os ganhos de produtividade vão impulsionar o crescimento", reforçou **Larry Fink** (CEO da **BlackRock**, maior gestora de ativos do mundo, e uma das vozes mais influentes do capitalismo financeiro global.)

No Brasil, isso já aparece no varejo, nos bancos, nas áreas comerciais, no atendimento, no RH. Metas são recalculadas porque "a tecnologia ajuda". Processos aceleram porque "agora é possível".

O que raramente entra na conta é o humano tentando acompanhar essa aceleração sem redesenho real do trabalho. A IA aprende rápido. As pessoas, nem sempre, especialmente quando estão exaustas.

O resultado não é inovação. É **cansaço operacional high-tech**.

O custo que não cabe no PowerPoint

Em Davos, fala-se muito de produtividade. Aqui, o mercado responde com turnover alto, lideranças intermediárias exaustas e um cinismo organizacional cada vez mais sofisticado.

Nada disso aparece no slide do resultado trimestral. Mas aparece no atraso das entregas, na perda de talentos-chave e na baixa qualidade das decisões.

Tem muita empresa achando que está "fazendo o possível", quando na prática está apenas **adiando a conta**.

E ela sempre chega. Com juros.

ESG, gente e a arte de parecer sem sustentar

"Sustentabilidade precisa incluir pessoas", reforçou **Klaus Schwab** (fundador e presidente do **World Economic Forum**, principal articulador global das agendas de Davos sobre economia, governança e futuro do trabalho) em Davos. Outra frase correta. Necessária. Incontestável.

Aqui, o "S" do ESG costuma virar campanha, palestra e relatório bem diagramado, enquanto o cotidiano segue operando no modo:

- excesso normalizado
- medo de errar
- liderança promovida sem preparo relacional
- resiliência confundida com aguentar calado

Não é hipocrisia deliberada. É falta de integração entre discurso e desenho real do trabalho.

E isso não é um problema do RH. É um problema de **negócio e liderança**.

O futuro do trabalho não é pauta de RH. É decisão estratégica.

Em Davos, repete-se como mantra que será preciso "requalificar pessoas em escala sem precedentes". A frase ecoa nos fóruns do **World Economic Forum** com entusiasmo.

Na prática brasileira, ela costuma significar: *aprenda algo completamente novo sem parar de entregar, sem errar e sem parecer obsoleto*.

Reskilling virou esforço individual. Aprendizado virou tarefa noturna. E o sistema segue intacto.

Empresas que começam a entender o limite desse modelo fazem algo simples, e raro: revisam liderança antes de acelerar tecnologia. Tratam saúde mental como risco operacional. Chamam RH e negócio para decidir juntos, não só para comunicar decisões já tomadas.

Não por bondade. Por inteligência estratégica.

Talvez Davos esteja falando menos de futuro - e mais de limite

Talvez o principal recado de Davos não seja sobre o que vem. Mas sobre **o que já não dá mais para sustentar**.

O líder incansável. A adaptação infinita. A ideia de que propósito resolve contradições estruturais.

"O futuro do trabalho é sobre propósito e significado", disseram em vários painéis. Aqui, isso costuma soar como: encontre sentido, mas não questione o modelo.

Propósito sem coerência vira cinismo premium.

O futuro do trabalho não pede líderes mais inspiradores. Pede líderes **mais responsáveis pelo sistema que comandam**.

E esse é o convite real - para CEOs, conselhos, lideranças e RHs como parceiros estratégicos: menos palco, mais revisão de escolhas.

Porque a pergunta que realmente importa não é: "Como preparar a empresa para o futuro?"

Mas: **Que tipo de gente essa empresa consegue sustentar enquanto cresce?**

Essa pergunta não cabe só em Davos. Ela cabe - e começa - aqui.

O futuro do trabalho não será decidido por quem fala sobre pessoas, mas por quem assume responsabilidade pelo sistema que as esgota, ou as sustenta.

(*) - Psicóloga por formação e inconformada por vocação. Há mais de 25 anos atua na transformação de culturas organizacionais, desenvolvimento de lideranças e reinvenção de modelos que aproximem empresas das pessoas — e não o contrário. Já esteve à frente de áreas estratégicas de RH em grandes corporações nacionais e multinacionais, do chão de fábrica ao boardroom, do Norte ao Sul do Brasil.

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 CNPJ/ME nº 07.032.886/0001-02, NIRE 35.300.318.005
Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 Séries, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, Realizada em 18.12.2025.
Data, Hora, Local: 18.12.2025, às 17 horas, forma remota e eletrônica, localizada em São Paulo/SP, Avenida Marçal Mário Guedes, 221. **Presença:** (i) **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, com sede no Rio de Janeiro/RJ, CNPJ 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos titulares das debêntures em circulação no âmbito do "Instrumento Particular De Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 Séries, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA.", celebrado em 16.07.2025 entre a (ii) Emissora, (iii) o Agente Fiduciário e, na qualidade de fidei, (iv) a **Solvi Participações S.A.**, CNPJ/ME 02.886.838/0001-50 ("Fiduciária"). **Mesa:** Lucas Rodrigo Feltré - Presidente; e Jean-Louis Henri Schotte - Secretário. **Ordem do Dia:** delibera sobre: (1) Aprovar a prorrogação do prazo para cumprimento da obrigação prevista na Cláusula 7.1.1., item (xxxiii), da Escritura de Emissão, de 30.12.2025 para 30.12.2026, com a consequente alteração da referida cláusula, que passará a vigorar com a seguinte redação: "7.1.1. [...] (xxxiii) celebrar, até 30.12.2026, o Contrato de Cessão Fiduciária Recebíveis Indenização, nos termos aprovados em Assembleia Geral de Debenturistas"; **Deliberações Aprovadas:** (1) O Debenturista, representando 100% das debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção com relação a este item, aprovou a prorrogação do prazo de 30.12.2025 para 30.12.2026, com a consequente alteração da redação da Cláusula 7.1.1., item (xxxiii) da Escritura de Emissão, que passará a vigorar com a redação constante no item (1) da Ordem do Dia; (2) O Debenturista, representando 100% das debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção com relação a este item, autorizou a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, a praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento da deliberação acima, incluindo, mas não se limitando à celebração do 2º aditamento à Escritura de Emissão, no prazo de até 60 dias, ou seja, até 16.02.2026. 7. Os termos iniciados por letra maiúscula utilizados nesta ata que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. 7.1. As aprovações objetos desta Assembleia devem ser interpretadas restritivamente como mera liberalidade do Debenturista e, portanto, não são consideradas como novação, precedente ou renúncia de quaisquer outros direitos da Debenturista, previstos na Escritura de Emissão. 7.2. Ficam ratificados todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão, bem como todos os demais documentos da Emissão até o integral cumprimento da totalidade das obrigações ali previstas. 7.3. A Emissora informa que a presente Assembleia atendeu a todos os requisitos e orientações de procedimentos para a sua realização, conforme determina Resolução CVM 81. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 18.12.2025. **Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga** - Por: Domênico Barreto Granata - Diretor Presidente; Por: Lucas Rodrigo Feltré - Diretor Administrativo e Financeiro; **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** - Por: Vitor Augusto Giangio - Procurador; **Debenturista: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES** - CNPJ: 33.657.248/0001-89 - Por: Jean-Louis Henri Schotte - Procurador. JUCESP nº 67.865/26-4 em 16.01.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 CNPJ/ME nº 07.032.886/0001-02 - NIRE 35.300.318.005
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2025
Data, hora, local: 29.12.2025, 10hs, de forma parcialmente digital, na sede, Avenida Marçal Mário Guedes, 221, Janguaré, São Paulo/SP. **Presenças:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Arthur Longano Bevilacqua; Secretário: Rogo Lucas Rodrigo Feltré. **Deliberações aprovadas:** 1. Ratificar o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 33.112.398,00, mediante a emissão de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pelos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social, conforme deliberado em Assembleia Geral realizada em 03.10.2025. Consignar que o aumento de capital referido no item 1 acima será integralizado à vista, em moeda corrente nacional, no valor total de R\$ 33.112.398,00, mediante depósito bancário na conta de titularidade da Companhia, ou por qualquer outra forma de integralização legalmente admitida, conforme venha a ser definida pelos acionistas, devendo a respectiva comprovação ser oportunamente apresentada à Companhia. 2. Reconhecer que a Companhia possui, em seu patrimônio líquido, saldo de capital social subscrito não integralizado, no montante de R\$ 7.380.000,00, regularmente registrado nas demonstrações financeiras e aprovado na AGO de 30.04.2025. As acionistas deliberam que referido saldo será integralizado oportunamente, em moeda corrente nacional, de acordo com as necessidades contratuais, operacionais, financeiras ou regulatórias da Companhia, inclusive em atendimento a exigências de credores, contratos vigentes, obrigações assumidas e, quando aplicável, no âmbito do contrato de concessão, mediante deliberação societária ou ato da Administração, conforme o caso. 3. Em razão das deliberações acima, permanece inalterado o valor do capital social da Companhia, que permanece fixado em R\$ 93.762.398,00, dividido em 93.762.398 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Fica a Administração da Companhia expressamente autorizada a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas não se limitando, à assinatura de declarações, prestação de esclarecimentos a terceiros e credores, atendimento a exigências de órgãos reguladores e autoridades competentes, bem como à promoção dos registros e arquivamentos perante a Junta Comercial e demais órgãos aplicáveis. **Encerramento.** Nada mais. São Paulo, 29.12.2025. Acionistas presentes: Revita Engenharia S.A., por Arthur Longano Bevilacqua; e Ângelo Teixeira de Castro Carvalho; Lette Participações Ltda., por Antônio Correia da Silva Filho e Ricardo Pelúcio; e Lette Saneamento e Participações S.A., por Antônio Correia da Silva Filho e Ricardo Pelúcio. JUCESP nº 61.130.26-6 em 14.01.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

DISAL - Distribuidores Associados de Livros S.A.
 CNPJ - 62.277.041/0001-87 - NIRE - 35300131771
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Data, hora, local: 17.12.2025, às 10h, na Sede Social, Av. Marginal Direita do Tietê, 800, São Paulo/SP. **Publicação:** Convocação publicada no **Jornal Empresas & Negócios**, dos dias **09, 10 e 11.12.2025**. **Presenças:** Acionistas representando 75% do Capital Social. **Mesa:** Presidente - Francisco Salvador Canato, Secretário - Renato Guazzelli. **Deliberação Aprovada:** A distribuição de dividendos no montante de **R\$-4.500.000,00**, a débito da conta de Lucros Acumulados, ao amparo da Lei 15.270/25, a serem pagos, na proporção da participação de cada acionista, conforme detalhado em Anexo a esta ata. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 17.12.2025. JUCESP nº 68.120.26-6 em 19.01.2026, Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ZAN S.A.
 CNPJ/ME nº 50.164.171/0001-24 - NIRE nº 35300612728
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 2025.
Aos 03/11/2025, às 14h, na sede social da ZAN S.A., com a presença da totalidade. Mesa: Presidente: MARILIA MOREIRA GARCEZ e Secretária: HELEN TORTORETTO RIBEIRO DE OLIVEIRA. **Deliberações Unânicas:** após leitura, análise e discussão, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade dessa Assembleia Geral, decidem: MARILIA MOREIRA GARCEZ, RG nº 17.638.891-6 (SSP/SP) e CPF/ME nº 224.780.388-11. Aprovar, nos termos dos artigos 10º seguintes, do Estatuto Social da Companhia, a reeleição do seguinte nome para ocupar cargo de Diretora Presidente, com mandato de 03 anos, com início em 03/11/2025, conforme Termo de Posse à Anexo presente Ata (Anexo I). Nada mais. A íntegra da Ata encontra-se disponível no site: https://jornalempresasnegocios.com.br/publicidade_legal/

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1014122-63.2015.8.26.0361 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, Dr(a). Domingos Perra Neto, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) s réus Luiz Gonzaga Pinto Saraiva, Paulo Afonso Pinto Saraiva, Maria Aparecida Saraiva Hime, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que João Antonio de Carvalho ajuizou ação de USUCAPÍÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Rua Juraci nº 200, quadra 36, Loteamento Vila Cintra, Mogi das Cruzes - SP, com área de 322,50 metros quadrados, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal, sendo possuidor há mais de 15 anos. Estando em termos, expedir-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias. Não sendo contestada a ação, o rito será considerado regular, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Mogi das Cruzes, aos 21 de outubro de 2025.





Empresas & Negócios do AGRO

agronegocio@netjen.com.br

São Paulo, quarta-feira, 28 de janeiro de 2026

Uma das melhores para se trabalhar no agronegócio

A Sakata Seed Sudamerica acaba de receber duas das certificações mais relevantes do mercado corporativo, quando o assunto é ambiente de trabalho e bem-estar: Great Place to Work (GPTW) e Great People Mental Health (GPMH). A conquista coloca a companhia entre as melhores para se trabalhar, evidenciando a sua evolução na gestão de pessoas e no bem-estar de suas equipes.

StockSeller_ukr_CANVA

Produtores rurais que foram notificados pela Receita Federal em razão de inconsistências na declaração de rendimentos de arrendamento de imóveis rurais têm até o dia 31 de janeiro para revisar e corrigir as informações prestadas no Imposto de Renda. O prazo é decisivo para evitar multas elevadas, juros e autuações, que podem chegar em até 250% do imposto devido, conforme alerta o advogado tributarista do agronegócio Fernando Melo de Carvalho (@melodecarvalho.advocacia).

Segundo o Carvalho, a Receita vem intensificando a fiscalização sobre arrendamentos rurais, especialmente em casos de divergência entre valores declarados, ausência de contratos formais e rendimentos informados de forma incompleta. A ação tem alcançado não só produtores que, por anos, mantiveram contratos informais ou de "gaveta", prática ainda comum no campo, como também os que declararam de forma errada.

"O produtor que recebeu a notificação precisa agir agora. A retificação dentro do prazo reduz significativamente o risco de multas e de questionamentos futuros", explica Carvalho.

"Hoje, infelizmente, ainda existem muitos contratos de arrendamento feitos de boca ou sem formalização adequada. Isso sempre representou um risco, mas agora passa a ter impacto direto na tributação", explica.

ATÉ 31/01/2026

TERMINA NESTE SÁBADO PRAZO PARA PRODUTORES RURAIS CORRIGIREM INCONSISTÊNCIAS EM ARRENDAMENTOS



Protagonistas na recuperação de solos compactados

A compactação do solo é um dos principais entraves à sustentabilidade e à produtividade dos sistemas agrícolas atuais, especialmente em ambientes submetidos ao tráfego intenso de máquinas, à baixa diversidade de culturas e à ausência de cobertura vegetal permanente. Esse processo resulta no aumento da densidade do solo, na redução da macroporosidade e na limitação do crescimento radicular, comprometendo a absorção de água e nutrientes pelas plantas.

Nesse contexto, estratégias de manejo que promovam a recuperação física do solo de forma gradual têm ganhado relevância, destacando-se a descompactação biológica proporcionada por algumas gramíneas. De acordo com Lara Gabrieli Silva Moura, Zootecnista, mestrande em Forragicultura e Pastagens e Coordenadora de P&D da SBS Green Seeds, gramíneas forrageiras do gênero *Urochloa* (sin. *Brachiaria*), como as cultivares Xaraés, Piatã e Ruziensiis, apresentam elevado potencial para a melhoria da estrutura física do solo devido à arquitetura e à agressividade de seus sistemas radiculares.

"Esses bioporos permanecem ativos mesmo após a dessecação da planta, servindo como vias para o crescimento radicular das culturas subsequentes, além de favorecerem a infiltração de água e a troca gasosa no perfil do solo", detalhou.

Holding rural e ITBI: entenda quando a integralização tem imunidade

A integralização de imóveis em holdings rurais, estratégia cada vez mais usada por famílias do agronegócio para organizar patrimônio e estrutura societária, pode ter imunidade de ITBI, mas o benefício não é automático e pode ser derrubado por detalhes que levam o município a tratar a empresa como "imobiliária". O alerta é de André Aidar, sócio e Head de Direito do Agronegócio no Lara Martins Advogados, professor de Direito Comercial e Processual Civil, doutor e mestre em Agronegócio (UFG).

Segundo o especialista, a imunidade decorre do art. 156, §2º, I, da Constituição Federal e se aplica quando a integralização do imóvel ocorre como capital social de pessoa jurídica cuja atividade preponderante não seja imobiliária. "A imunidade é reconhecida quando o imóvel é efetivamente integralizado como capital, a holding exerce atividade econômica real e a operação tem substância econômica e finalidade organizacional legítima, sem simultaneidade de compra e venda. Deve existir coerência entre o imóvel e a atividade desenvolvida", afirma.

Aidar ressalta que é irrelevante, por si só, o fato de o imóvel ser rural ou urbano. "O critério central é a atividade da pessoa jurídica", resume.

Na prática, o advogado explica que a imunidade costuma ser afastada quando a holding é criada apenas para concentrar imóveis e inexistente atividade operacional concreta. Também acendem alerta situações em que o capital social é simbólico ou desproporcional em relação aos bens integralizados, quando a empresa não possui histórico econômico ou é constituída pouco antes da operação, e quando a principal fonte de receita decorre de rendas imobiliárias.

Outro ponto sensível é quando o imóvel é integralizado e, em



André Aidar

seguida, cedido ou arrendado a terceiros sem vínculo produtivo, o que tende a reforçar a leitura de que a estrutura foi montada mais para "acomodar patrimônio" do que para viabilizar uma atividade econômica real.

"Nessas hipóteses, o município tende a caracterizar a operação como fato gerador de ITBI, afastando a imunidade constitucional", diz Aidar.

De acordo com ele, o foco da fiscalização municipal não é a denominação social, mas a realidade econômica da empresa. Entre os fatores que costumam caracterizar atividade imobiliária preponderante estão o objeto social excessivamente genérico ou abrangente, a previsão expressa de compra, venda ou locação habitual de imóveis, a ausência de CNAE vinculado à atividade rural e a inexistência de exploração agrícola, pecuária ou agroindustrial.

"Mesmo tratando-se de imóvel rural, a holding pode ser enquadrada como imobiliária se a atividade exercida for meramente patrimonial, sem vínculo com produção ou exploração rural", afirma.

Tomate saladete ganha força

O cultivo de tomates ocupa posição estratégica na horticultura brasileira, tanto pelo consumo interno elevado quanto pela relevância econômica para pequenos, médios e grandes produtores. Presente em diferentes sistemas produtivos — do campo aberto às estufas —, a cultura exige decisões cada vez mais técnicas, especialmente diante de variações climáticas, pressão de pragas e doenças e mudanças no comportamento do mercado consumidor.

Na comercialização, o formato, a coloração e o sabor do fruto exercem papel fundamental. O tomate alongado, por exemplo, tem preferência consolidada em algumas regiões do país, por questões culturais e de hábito alimentar, como no Sul; em algumas áreas do Centro-Oeste, com destaque para Brasília; e no Nordeste, como é o caso do Ceará. Essa demanda regional direciona a escolha de materiais que aliem desempenho agrônomo e aceitação comercial.

Assim, o tomate Venetto F1, da linha Topseed Premium, tornou-se uma opção voltada às necessidades atuais do produtor. O híbrido é do tipo saladete, com frutos grandes, pesados, firmes e uniformes, características valorizadas pelo mercado. Sua coloração vermelha intensa e sabor diferenciado também contribuem para a alta procura dessa variedade nos pontos de venda (www.agristar.com.br).

Destaque I



Arquivo pessoal

Queijo Agroecológico promove preservação e regeneração ambiental na Serra da Canastra

As margens do Ribeirão Araras, afluente do Rio São Francisco, uma pequena propriedade rural em Piumhi, na Serra da Canastra, tornou-se referência ao demonstrar que produzir o tradicional queijo, que leva o nome da serra, pode ir além da conquista de paladares mundo afora. À frente da Queijaria Faz o Bem, criada em 2021, o engenheiro agrônomo Vinícius Soares conduz uma propriedade agroecológica que combina produção artesanal, recuperação ambiental e integração de sistemas produtivos para fazer queijo de forma sustentável. De uma área com 25 hectares, 44% estão preservados com mata nativa. No restante, ele implantou um sistema de manejo regenerativo que integra pastagem, agrofloresta, bem-estar animal das vacas que produzem o leite, e aproveitamento total dos subprodutos do queijo. "A proposta é melhorar o ambiente onde estamos inseridos, beneficiando as futuras gerações", afirma.

Destaque II



Agristar do Brasil

Melancia de alta qualidade impulsiona venda direta e fideliza consumidores no Sul do país

A valorização de frutas com melhor padrão visual, sabor mais intenso e maior vida útil tem influenciado as decisões no campo e aproximado produtores do consumidor final. No Rio Grande do Sul, essa mudança é perceptível na cadeia da melancia, especialmente em regiões com forte presença de venda direta. Em Rio Pardo, no interior do estado, a melancia Rochedo tem se consolidado como uma alternativa estratégica para produtores que buscam diferenciação e fidelização do mercado. Na localidade de Passo da Taquara, a cultura faz parte da história da família de Otomar Rodrigues há mais de 50 anos. "Meu avô já plantava melancia, depois meu pai, e eu estou nesse ramo há mais de 30 anos", conta o produtor. Segundo ele, a adoção da melancia Rochedo, há cerca de seis anos, trouxe ganhos consistentes. "É um material bom, produz bem, tem bom peso e o fruto é bem fechado. É uma fruta que está dando certo para nós aqui".

Valtra leva inovação e tecnologia de precisão para a Coopavel 2026

A Valtra, referência em tecnologia agrícola, marcará presença no Show Rural Coopavel 2026, que acontece na cidade de Cascavel, no Paraná, entre os dias 9 e 13 de fevereiro. Entre os destaques da feira deste ano, a Valtra exibe máquinas que são referência em inovação, como a Série S6, além de conjuntos de plantio de precisão e soluções versáteis para o pequeno e médio produtor. "A feira é o palco perfeito para demonstrarmos como a tecnologia está transformando a eficiência no campo. Com esses maquinários, entregamos ao produtor o que há de mais moderno em potência e precisão, para garantir que o agricultor extraia o máximo rendimento de cada hectare, com o menor custo operacional possível", comenta Claudio Esteves, diretor comercial da Valtra (<https://www.valtra.com.br/>).

Pif Paf Alimentos reforça estratégia de expansão internacional na Gulfood 2026

A Pif Paf Alimentos participa da Gulfood 2026, uma das maiores feiras internacionais de alimentos e bebidas do mundo, que ocorre até 30 de janeiro, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Segundo Antônio Costa, Diretor Comercial da Pif Paf Alimentos, a Gulfood oferece uma vitrine global para fortalecer marcas e ampliar oportunidades. "É uma grande oportunidade para expor nossas marcas, além de reforçar presença em um ambiente de visibilidade global para nossos produtos", afirma.

Projeção para a produção de algodão em janeiro segue estável

A estimativa para a produção brasileira de algodão em janeiro permanece em 3,7 milhões de toneladas, mantendo o mesmo volume projetado no relatório de dezembro da StoneX, empresa global de serviços financeiros. Apesar da estabilidade mensal, o número representa uma queda de 11% em comparação à safra 2024/25. Segundo o analista de Mercado Raphael Bulascoschi, a StoneX segue acompanhando de perto o avanço da produtividade, enquanto a redução de 110 mil hectares na área cultivada se mostra condizente com o cenário atual da cultura no país (<https://stonex.com/pt-br>).

Oferta reduzida eleva preços do tomate e evidencia necessidade de preparo de solo



Os preços do tomate registraram alta expressiva nas principais centrais atacadistas brasileiras na terceira semana de janeiro, impulsionados por uma oferta mais restrita de frutos de padrão comercial nas regiões produtoras, cenário que reforça a importância da preparação do solo para melhorar a produtividade e reduzir a volatilidade da safra.

Bynuratleniz_CANVA

OPINIÃO

Carne é carne, queijo é queijo.

Roberta Zuge (*)

A União Europeia (UE) estabeleceu um rigoroso marco regulatório para proteger as denominações tradicionais associadas a produtos de origem animal, visando evitar qualquer confusão ao consumidor.

Regulamentos específicos, como o (UE) n.º 1308/2013, proíbem expressamente o uso de termos como "leite", "manteiga", "queijo" ou "iogurte" para descrever produtos puramente vegetais. O prazo para adequação findou: a regra deve ser cumprida. A exceção se aplica a designações consagradas pelo uso, como "manteiga de amendoim". A justificativa tripla: proteger a integridade dos setores agropecuários tradicionais, salvaguardar a clareza para o consumidor – que deve identificar imediatamente a natureza do produto – e preservar o valor cultural e econômico das indicações geográficas. Esta política reflete uma visão na qual a nomenclatura está intrinsecamente ligada à origem e ao método de produção.

No Brasil, a regulação é mais permissiva e fragmentada. A Instrução Normativa n.º 76/2018 do MAPA proíbe o uso de denominações de produtos de origem animal para alimentos de origem vegetal, alinhando-se, em parte, ao princípio europeu. No entanto, na prática, essa norma não é uniformemente aplicada ou reconhecida, especialmente no setor de inovação alimentar. É comum encontrar no mercado brasileiro produtos denominados como "queijo vegano", "presunto de soja" ou "leite de amêndoas" sem grandes entraves. A justificativa das empresas e de parte dos consumidores gira em torno da funcionalidade e da familiaridade do termo, que comunicaria rapidamente o

propósito do produto, em um mercado ainda em formação e com menor tradição regulatória nesse nicho.

A ratificação do Acordo Mercosul-UE coloca este tema no centro das discussões técnicas de harmonização regulatória. Para o Brasil, a pressão para adequação será significativa, não apenas como contrapartida comercial, mas como uma necessidade para proteger suas próprias exportações de produtos agropecuários com denominação de origem. Um sistema dual, onde a UE protege seus termos, mas o Brasil permite seu uso genérico, pode gerar distorções comerciais e conflitos. Portanto, é imperativo que o Brasil avance na normatização clara e na fiscalização do uso indevido de nomenclaturas que causam confusão. Isso não implica necessariamente a adoção integral do modelo europeu, mas exige a criação de uma regra nacional inequívoca – seja proibitiva, como a europeia, ou permissiva com qualificativos obrigatórios evidentes.

A harmonização regulatória neste campo é mais do que um mero formalismo; é uma questão de transparência no mercado e de defesa comercial. A normatização brasileira, impulsionada pelo acordo, deve equilibrar dois objetivos: **proteger o consumidor contra informações enganosas**, assegurando que a descrição do produto reflita com precisão sua natureza, e **proteger os produtores tradicionais** brasileiros, cujos produtos de origem animal e suas denominações também são um ativo econômico valioso. A adoção de uma terminologia precisa e distintiva para os produtos vegetais inovadores, longe de reprimir o setor, pode conferir-lhe legitimidade, clareza e facilitar sua integração em um comércio internacional com regras cada vez mais definidas.

(*) Mestre e Doutora em Reprodução Animal pela Universidade de São Paulo (USP) e conselheira do Conselho Científico Agro Sustentável (CCAS).

Seguindo tendência de queda no Nordeste, Paraíba enfrenta redução na produção de açúcar

A região Nordeste registra uma redução estimada entre 500 e 600 mil toneladas na produção de açúcar na safra 2025/2026. A moagem de cana caiu pouco mais de 7%, o que já sinaliza uma safra menor do ponto de vista físico. No entanto, o dado mais relevante é a queda de cerca de 24% na produção de açúcar, percentual muito superior à retração da matéria-prima. A redução da moagem de cana na região vem sendo registrada pelo noticiário especializado. O Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado da Paraíba (Sindalcool), que representa as usinas de açúcar e etanol no estado, também confirma esse cenário.

O Sindalcool explica que, do ponto de vista agrícola, houve de fato uma quebra de oferta. A moagem regional caiu pouco mais de 7%, reflexo de um ciclo climático irregular, marcado por seca em fases iniciais do canavial e excesso de chuvas durante o período de colheita. Esse ambiente afetou tanto o volume quanto a qualidade da cana. No entanto, se o problema fosse exclusivamente agrícola, a produção de açúcar teria recuado em proporção semelhante à moagem. O que se observa, na prática, é uma queda muito mais acentuada do açúcar, superior a 24%.

Em 2025, o mercado inter-

nacional de açúcar operou com preços mais baixos, em função da recomposição da oferta global. Para o Nordeste, onde os custos industriais e logísticos são estruturalmente mais elevados, esse patamar de preços reduziu significativamente a rentabilidade da exportação.

A situação foi agravada pela perda do acesso a mercados preferenciais, como a cota americana, que historicamente funcionava como um amortecedor de preços para a região. Diante desse cenário, muitas usinas deixaram de produzir açúcar.

"As usinas da Paraíba, e do Nordeste, têm custos de exportação menores em comparação aos estados do Centro-Sul. Contudo, por prudência, passaram a reavaliar a velocidade dos projetos de expansão de capacidade produtiva de açúcar. Isso também indica que as novas fábricas deverão incluir tecnologias de coleta de dados ao longo do processo produtivo. A disponibilidade de produto continuará sendo uma vantagem competitiva da região. As usinas vêm discutindo com o Estado a gestão de riscos e a arrecadação. O fato é que temos uma redução substancial do volume produzido na região, de 600 mil toneladas de açúcar a menos", disse Edmundo Barbosa, presidente-executivo do Sindalcool.

Inovação no pasto pode elevar renda do pequeno e médio produtor

Especialista explica como o uso de pastagem formada por Tifton 85 gera aumento de faturamento via aumento da produção por área e economia de custos com ração

Diferentemente do que muitas pessoas pensam, adotar o Tifton 85 como forrageira no campo é uma alternativa ideal para pequenos e médios produtores, especialmente os pequenos, que enfrentam limitações de área para expandir a produção e o faturamento.

A explicação é do zootecnista Oswaldo Stival Neto, especialista em produção de ruminantes e pastagens. Segundo ele, o fator diferencial está na possibilidade de aumento da produtividade na área já existente. "Como a aquisição de terra se tornou inviável devido à sua valorização, a adoção de tecnologias como o Tifton 85 é uma solução viável e rentável para o produtor", destaca ele.

Resultado do cruzamento de uma gramínea de clima temperado dos EUA com uma de clima tropical da África, esta pastagem, criada em 1992 nos Estados Unidos, tem maior quantidade de matéria seca (alimento) por hectare e mantém cobertura densa que protege o solo contra a erosão, diferente das touceiras de outras pastagens. Além disso, ela oferece ao gado cerca do dobro do valor nutritivo que o capim braquiária, que é mais comum nas fazendas brasileiras.

"Com isso, é possível saltar da média de uma para sete cabeças por hectares e uma produção média de 40 arrobas por hectare sem o uso de ração, o que contribui para aumentar a produtividade sem necessidade de desmatamento", enfatiza o especialista que desenvolveu uma tecnologia de clonagem das mudas de Tifton 85, que facilita o plantio, por meio da empresa Amazon Mudás.

Dessa forma, o aumento da produtividade leva a uma maior produção de carne ou leite por hectare, elevando a renda do produtor. O Tifton 85 possibilita colocar mais animais por hectare devido à sua ve-



Divulgação

locidade de rebrota e entrega de maior valor nutricional (proteína bruta), resultando em maior ganho de peso por animal ou maior produção de leite por vaca.

Além disso, conforme Oswaldo Neto, "o investimento no Tifton 85 tem um alto payback: a economia gerada pela redução no uso de ração pode pagar o custo de implantação em cerca de seis meses".

O especialista destaca que ainda existem os benefícios secundários, sendo a evolução da área em ganho de fertilidade do solo ano após ano e o aumento principalmente da matéria orgânica da terra, diferentemente de outras forrageiras que permitem a degradação do solo, tornando a pequena ou média propriedade em uma área com longevidade e aumento de produtividade. O manejo do Tifton 85 também é considerado mais fácil do que o de outras forrageiras, como o Mombaça, evitando a necessidade

de roçar após o capim passar do ponto ideal, facilidades estas, importantes para os produtores de menor porte, aponta o zootecnista, presidente da Amazon Mudás.

Resolvendo o gargalo

Oswaldo Stival Neto explica que apesar do Tifton 85 ser uma pastagem desenvolvida desde os anos 1990, a forma de plantio por rama, utilizada inicialmente no Brasil não foi eficiente, por isso seu uso não se ampliou. Mas, nos últimos anos, o desenvolvimento da técnica de plantio para mudas vem trazendo maior efetividade para sua implantação. Na Amazon Mudás, Oswaldo e sua equipe desenvolveram uma tecnologia para cultivar as mudas matrizes, promover seu melhoramento genético e depois transportar para os pastos e realizar seu plantio de forma similar ao de tomate ou batata, usando plantadeiras. "A iniciativa resolveu o gargalo da forma de plantio", diz Oswaldo.

O B2B se tornou estratégia para a competitividade do agronegócio

Durante décadas, o agronegócio brasileiro foi retratado a partir do que acontece no campo. Produtividade, clima, tecnologia agrícola e exportações sempre ocuparam o centro do debate. Esse retrato segue válido, mas já não explica sozinho a dinâmica atual. O setor se transformou em uma cadeia empresarial complexa, sustentada por contratos, decisões técnicas e relações comerciais estruturadas. Nesse contexto, o B2B ganhou protagonismo.

À medida que a cadeia agroindustrial cresceu, aumentaram também as exigências sobre quem vende, compra, distribui e negocia. Os ciclos de venda são longos, os riscos operacionais são elevados e as margens exigem planejamento e previsibilidade. Modelos baseados apenas em relações pessoais e negociações pontuais passaram a mostrar limites claros diante de um ambiente mais competitivo e volátil.

Grande parte das transações que movimentam o agronegócio acontece longe do consumidor final. Insumos, logística, crédito, tecnologia e serviços operam, em sua maioria, no modelo business to business. Ainda assim, muitas empre-



Divulgação/Fernanda Freitas

Fernanda Freitas

sas mantêm estruturas comerciais pouco organizadas, o que compromete eficiência, escala e gestão de riscos.

A profissionalização do B2B no agro passa por processos comerciais bem definidos,

vendas consultivas e leitura estratégica de mercado. Não se trata apenas de aumentar volume, mas de qualificar as relações, reduzir incertezas e construir parcerias de longo prazo. Em um setor exposto a fatores como clima, câmbio e custos elevados, a previsibilidade se torna um ativo.

Quando as relações se fortalecem, os efeitos aparecem em toda a cadeia. Contratos mais claros reduzem conflitos. Processos comerciais consistentes aumentam a previsibilidade de receita. Parcerias estáveis substituem negociações reativas e ampliam a capacidade de planejamento das empresas.

O crescimento do agronegócio brasileiro não depende apenas de ganhos de produtividade dentro da porteira. Ele passa, cada vez mais, pela forma como as empresas se organizam, negociam e estruturam suas relações ao longo da cadeia. O avanço do B2B é um sinal de amadurecimento do setor e uma condição necessária para sustentar competitividade em um mercado cada vez mais complexo.

(Fonte: Fernanda Freitas, especialista em gestão comercial e vendas B2B).

Uso de dados e IA chegam à suinocultura brasileira

A suinocultura brasileira está entrando em uma nova era, impulsionada pelo avanço da tecnologia e pelo uso de ferramentas que tornam a produção mais previsível, eficiente e lucrativa. A integração de modelagem matemática, inteligência artificial (IA) e big data promete transformar radicalmente o manejo e a gestão das granjas. É o que explica o médico-veterinário e mestre em Ciência Animal, Marcino Pereira Júnior, Gerente de Serviços Técnicos de Suínos da

De Heus Brasil, que enxerga nestas ferramentas a chave para a evolução do setor.

De acordo com o especialista, para compreender o funcionamento dessas tecnologias é fundamental, antes de tudo, saber como elas se complementam. "O big data funciona como um grande banco de informações da granja, reunindo históricos de produção, nutrição e sanidade. A modelagem matemática utiliza esses dados para simular cenários e prever resultados, como ganho de peso ou

conversão alimentar. Já a inteligência artificial interpreta essas informações em tempo real, automatizando análises e sugerindo as melhores decisões no dia a dia da granja. O resultado será uma produção mais previsível, eficiente e rentável", elucida Pereira.

Outro pilar importante neste contexto de evolução tecnológica é o big data. Ele compila e armazena um grande volume de informações da granja, permitindo análises profundas e decisões rápidas.



utah778_CANVA

HORA DE DAR UM PASSO ESTRATÉGICO

OS NEGÓCIOS CRESCERAM E O MEI DEIXOU DE ATENDER?

Além do limite de faturamento: necessidade de contratar mais funcionários e busca por expansão do negócio também são sinais de que é hora de fazer essa transição

O Microempreendedor Individual (MEI) é a principal porta de entrada para o empreendedorismo no Brasil, oferecendo baixo custo e pouca burocracia. No entanto, para muitos negócios, o sucesso traz um bom problema para resolver: a estrutura do MEI deixa de comportar a nova realidade da empresa. Com o aumento da demanda e a necessidade de profissionalização, migrar para Microempresa (ME) deixa de ser uma opção burocrática e torna-se um passo estratégico de continuidade.

Segundo o sócio-diretor de contabilidade e relações institucionais da Contabilizei, Charles Gularte, o erro mais comum é enxergar a migração apenas sob a ótica do imposto. "O MEI é um excelente ponto de partida, mas não acompanha a maturidade de negócios que já demandam mais estrutura. Quando o limite do regime começa a apertar, a mudança para ME traz fôlego operacional, permitindo contratar mais pessoas e acessar linhas de crédito melhores", explica.

O especialista lista abaixo os três sinais de que a hora da mudança chegou e o passo a passo prático para fazer isso sem travar a operação.

Os três sinais da virada de chave

A trava do faturamento (R\$ 81 mil) - O sinal mais óbvio é financeiro. O teto atual de R\$ 81 mil anuais (média de R\$ 6.750/mês) é facilmente ultrapassado por negócios em expansão. Gularte alerta que o ideal é fazer a migração preventiva. "Muitos empreendedores só percebem que deveriam migrar quando já estão expostos a riscos fiscais. Analisar a projeção de receita evita muitas retroativas e decisões de última hora".

A necessidade de equipe (o gargalo operacional) - O MEI permite a contratação de apenas um funcionário. Para quem precisa de uma equipe de vendas, atendimento ou produção, essa é uma barreira intransponível. "A microempresa permite ter de 9 a 19 colaboradores,



DAPA_Images_CANVA

“ O MEI é um excelente ponto de partida, mas não acompanha a maturidade de negócios que já demandam mais estrutura. Quando o limite do regime começa a apertar, a mudança para ME traz fôlego operacional, permitindo contratar mais pessoas e acessar linhas de crédito melhores.

dependendo do setor. Isso possibilita ao dono sair do operacional e focar na estratégia", pontua o executivo.

Restrição de atividade e credibilidade

Profissões regulamentadas (como médicos, engenheiros e arquitetos) não podem ser MEI. Além disso, tornar-se uma Microempresa (ME) aumenta a credibilidade perante fornecedores e bancos, facilitando o acesso a crédito corporativo e permitindo a participação em licitações maiores.

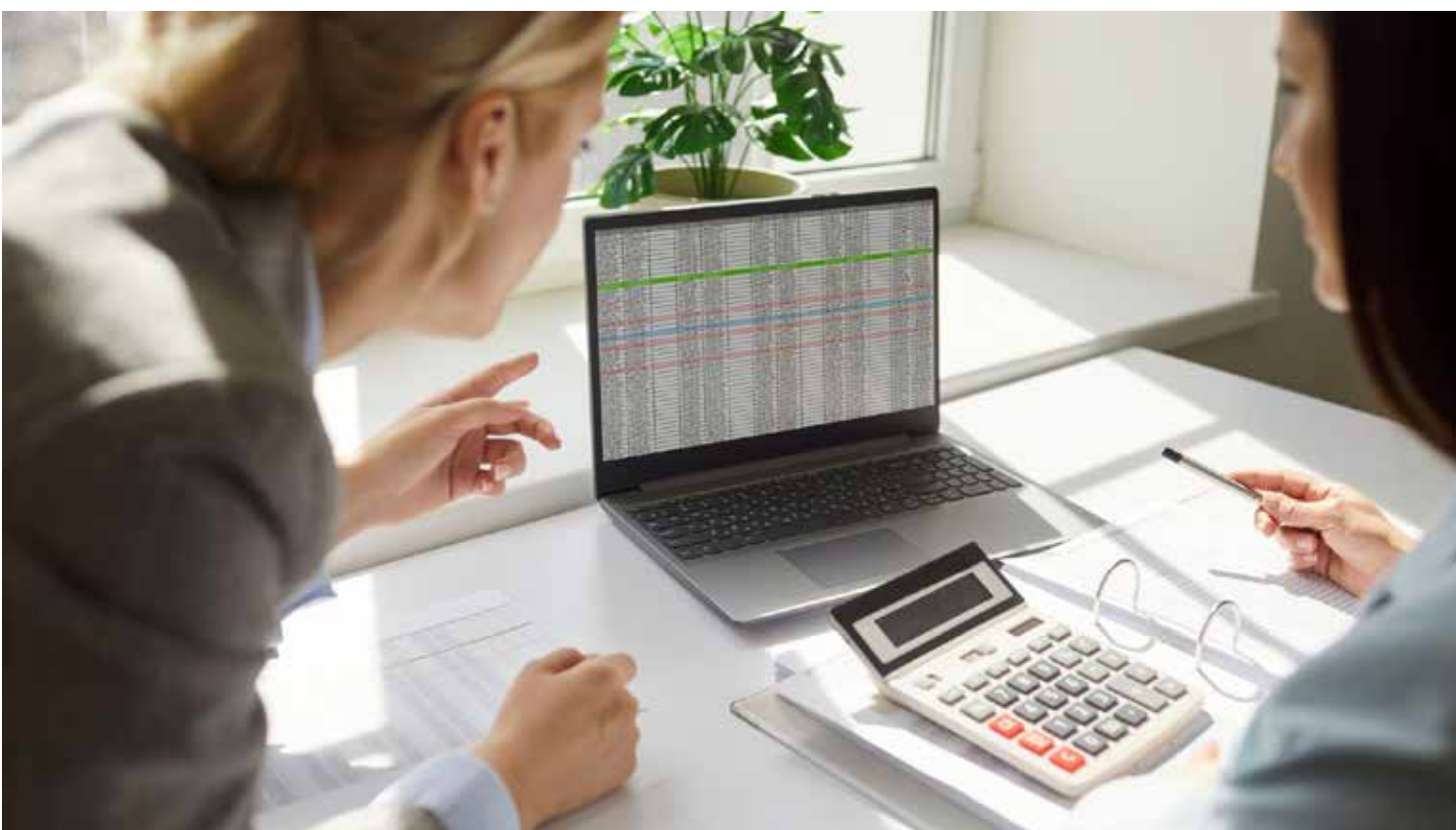
O passo a passo da migração

A transição de MEI para ME envolve etapas formais que exigem atenção para evitar que a empresa fique irregular durante o processo. Veja o caminho:

- **Desenquadramento no portal:** o primeiro passo é solicitar o desenquadramento no site do Simples Nacional. Isso pode ser feito por opção (a qualquer momento, com efeito no ano seguinte) ou por comunicação obrigatória quando se excede o teto;
- **Junta Comercial:** diferente do MEI, a ME exige um Contrato Social ou Requerimento de Empresário. É necessário atualizar a inscrição na Junta Comercial do estado, definindo o Capital Social e a nova Razão Social;
- **Contratação de contador:** esta é uma das principais mudanças de rotina. A microempresa é obrigada por lei a ter contabilidade formal. O contador será responsável por gerar as guias de impostos, fazer a folha de pagamento e manter os livros fiscais em dia;
- **Regularização cadastral:** com o novo status, é preciso ajustar os dados na Receita Federal, Prefeitura (para alvarás e notas fiscais de serviço) e Secretaria da Fazenda (para comércio);
- **Definição do regime tributário:** ao virar ME, a empresa pode optar pelo Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real. "A escolha adequada do regime reduz a carga tributária de forma legal, especialmente para empresas com margens de lucro específicas", orienta.

Contexto de mercado

A importância de se planejar para essa transição ficou evidente no último ano. Dados da Receita Federal mostram que, em 2024, houve um recorde de exclusões de ofício de MEIs que ultrapassaram o limite de faturamento sem comunicar ao Fisco. A regularização espontânea e planejada, como indicado acima, evita multas e o pagamento retroativo de impostos acumulados. Em 2024, mais de 570 mil pessoas superaram o limite de faturamento anual de R\$ 81 mil. De acordo com a análise feita pela Contabilizei a partir de dados públicos da Receita Federal, o número de MEIs que ultrapassaram a receita bruta cresceu quase 30 vezes de 2023 para 2024.



studioroman_CANVA